

O desenvolvimento econômico nos anos cinqüenta: a Economia do Desenvolvimento e a Economia Política Cepalina

Bernardo Gouthier Macedo
Mestre e Doutorando em economia - IE/UNICAMP

Introdução

A EPC foi parte de um intenso movimento de idéias, que a uma vez alimentavam e eram alimentadas pela prática das políticas industrializantes implementadas nos países periféricos e pelo ambiente econômico, institucional, político, social e militar do pós-guerra. Antecedentes importantes desse ambiente eram a crise de 1929 e o ativismo estatal adotado para combater o desemprego, que contou com a força do keynesianismo; a experiência soviética do planejamento; a economia de guerra. No pós-guerra, proliferaram as demandas por ajuda e reconstrução provenientes da Europa e das nações recém-constituídas na descolonização da África e da Ásia, e dirigidas em grande medida ao próprio governo norte-americano, experimentando a consolidação de sua posição hegemônica, e às entidades multilaterais recém-instaladas (já sob influência preponderante norte-americana). Essas demandas se apresentavam em pleno teatro da Guerra Fria – vale dizer, se não atendidas pelos EUA, podiam ser dirigidas à União Soviética.

Para responder a essas demandas, o governo norte-americano e as entidades multilaterais buscaram ajuda técnica. Foi em grande medida do engajamento dos economistas acadêmicos norte-americanos – e europeus – na provisão dessa ajuda que nasceu a Economia do Desenvolvimento (ED), que se consolidou, nos anos seguintes, como um ramo da ciência econômica, após quase um século em que o predomínio quase exclusivo do marginalismo havia interditado o tema do desenvolvimento¹. Na América Latina, a criação da Economia Política Cepalina (EPC) resultou dessa mesma ambiência.

A definição dessa agenda teve duas balizas. De um lado, uma disputa em torno do conteúdo da política externa norte-americana e, de outro, uma disputa acadêmica com a teoria neoclássica do comércio internacional. No que diz respeito à primeira disputa, a pauta estava dada pela Guerra Fria, pela Doutrina Truman e pela prioridade à reconstrução européia e à blindagem do cinturão asiático às ameaças soviética e chinesa (Teixeira, 1999, pág. 180, e Fiori, 1997, pág. 106). A quase totalidade dos economistas do desenvolvimento atuou na assessoria ao governo norte-americano e aos órgãos multilaterais na operacionalização dessa pauta – na qual, diga-se, o desenvolvimento latino-americano (e mais ainda o africano) tinha baixa prioridade.

¹ Sobre a formação da economia do desenvolvimento, ver Meier (1984) e Moraes (2005).

Quanto à segunda disputa, estava em jogo a maior ou menor adesão ao *mainstream*, envolvendo, de um lado, o livre-cambismo formalizado no modelo de Samuelson e, mais amplamente, a conformidade aos pressupostos e ao instrumental da economia neoclássica².

Podem-se identificar, em meio a essas disputas, pelo menos três vertentes. A primeira foi a ortodoxia livre-cambista, que se resguardou na cidadela acadêmica convencional, o que significou praticamente abdicar de interferir na política externa norte-americana – que exigia uma dose razoável de conformismo com práticas heterodoxas. As outras duas vertentes compuseram a ED, ousando maior distanciamento da ortodoxia, buscando responder às demandas do governo norte-americano e das entidades multilaterais, gestando instrumentos e políticas para a reconstrução europeia (e asiática/japonesa) e para a “assistência técnica” e a “cooperação internacional” aos países periféricos que compunham a órbita de influência norte-americana, principalmente na Ásia, mas também na América Latina e na África. Dentro da ED, a vertente hegemônica esteve alinhada à agenda norte-americana e menos distante da ortodoxia acadêmica. Mas houve também uma terceira vertente, cujos adeptos foram mais críticos quanto às demandas do governo norte-americano e quanto à ortodoxia acadêmica, e mais sensíveis ao ponto-de-vista da própria periferia – nesse sentido, cúmplices da EPC.

Este trabalho passa em revista as visões mais representativas da ED, buscando extrair elementos que complementem ou retifiquem o enfoque cepalino original – e também visando vislumbrar como a ED, ao menos em alguma vertente, poderia ser fertilizada pela EPC.

Os adeptos da ED reconheceram a existência do problema do subdesenvolvimento, ou do desenvolvimento desigual da economia mundial, e a necessidade de diagnóstico e políticas específicas visando o desenvolvimento da periferia. Portanto, afirmaram a insuficiência da economia convencional, em particular da teoria vigente do comércio internacional, para lidar com a questão.

Da vertente principal da ED – composta por autores como Rosenstein-Rodan, Gerald Meier, W. A. Lewis, Hla Myint – será destacado, na próxima seção deste trabalho, o economista Walt Rostow. Seu trabalho sempre foi apresentado como uma versão simplista da ED, e Rostow como um ideólogo da Guerra Fria, alinhado à “linha-dura” da política externa norte-americana, em virtude de seu engajamento como um importante assessor do governo norte-americano – particularmente nas administrações de Kennedy e Johnson. Como se verá, Rostow se distancia do terreno neoclássico, do qual foi um crítico longe de ingênuo – e chega a ponto de se distanciar também do terreno propriamente teórico, optando por uma formulação em que prevalece o delineamento de etapas

² Krugman (1994) é um interessante ensaio sobre a relação entre a influência da ED e a disposição dos seus autores a veicular seus trabalhos como modelos econômicos. Devo essa referência a Luiz Guilherme Piva.

históricas estilizadas de uma trajetória de desenvolvimento que ele pretende seja comum a todas as nações. Seu trabalho está muito focalizado no diálogo e na instrumentalização da política externa norte-americana, e vale ser revisitado não só por ser representativo do leito principal da ED, mas também porque sua influência sobre o enfoque sobre o desenvolvimento formulado desde os EUA, embora pareça esgotada, segue bastante presente – Douglass North, um dos mais influentes teóricos contemporâneos do desenvolvimento, referencia-se explicitamente em Rostow.

Por fim, será avaliado, de forma bastante sumária, o trabalho de Albert Hirschman – que se destaca, ao lado de nomes como Gunnar Myrdal, Hans Singer, Ragnar Nurkse e Alexander Gerschenkron, como um dos economistas do desenvolvimento mais críticos da economia convencional e menos comprometido com a política externa norte-americana. Interessa avaliar, no que se refere a Hirschman, o quanto sua cumplicidade com a EPC chega ao ponto de compartilhar com ela um olhar para a economia mundial como um sistema centro-periferia. Ou seja, seria importante avaliar se um economista como Hirschman, mesmo escrevendo principalmente do ponto-de-vista do centro cíclico principal, opta, como seus colegas, por analisar as condições de desenvolvimento dos países periféricos em termos de trajetórias nacionais isoladas, alavancadas por alguma política de cooperação internacional, ou se, como os cepalinos, Hirschman enxerga obstáculos ao desenvolvimento da periferia decorrentes da dinâmica do desenvolvimento dos países centrais. Noutros termos – trata-se de avaliar se a análise de Hirschman se inclina para eximir o centro cíclico principal de responsabilidades maiores pelo desenvolvimento da periferia – particularmente da periferia latino-americana (e, por extensão, da africana), que, por se encontrar fora do teatro principal da Guerra Fria, não é beneficiada por políticas agressivas de cooperação.

O argumento geopolítico de Walt Rostow

Rostow ficou muito conhecido, mundialmente, por seu livro “As etapas do desenvolvimento econômico” (Rostow, 1961) – em que desenvolveu sua versão da “teoria” do *big push*, concebida originalmente por Rosenstein-Rodan. O trabalho de Rostow se apresentava como uma alternativa que negava o objeto cepalino: a idéia de que todas as economias atravessavam etapas lineares de desenvolvimento é a antítese da caracterização cepalina do subdesenvolvimento – ou da condição periférica, na terminologia de Prebisch – como uma situação estrutural original de um conjunto de países. De fato, a noção de sistema centro-periferia, de Prebisch, propõe a coexistência de nações em situações contrastantes de desenvolvimento. Os países centrais não teriam sido, antes de se industrializarem, economias subdesenvolvidas – ao passo que estas últimas não necessariamente trilhariam uma trajetória que as levaria ao desenvolvimento. Ao contrário: o subdesenvolvimento é uma

situação historicamente inédita, e sua estruturação tem relações de causalidade com as trajetórias pretéritas e contemporâneas dos países centrais. Centro e periferia são pólos de um sistema comum – e não convém, portanto, argüir a existência de etapas de uma trajetória universal de desenvolvimento.

Nesse sentido, Rostow tem uma perspectiva anti-EPC, conforme apontou Furtado, avaliando sua entrevista com o autor pouco antes da publicação de sua obra mais famosa:

“... sua insistência nas invariâncias dos processos de desenvolvimento econômico apontava em direção oposta àquela que se estava formando em meu espírito” (Furtado, 1985, pág. 91).

No entanto, Rostow não era um teórico. Embora frisasse que sua formulação tem “um arcabouço analítico, enraizado numa teoria dinâmica da produção” (Rostow, 1961, pág. 26), Rostow abraça uma teorização livre e eclética, flexível – que, no frígido dos ovos, trata apenas de proporcionar um pouco de recheio teórico a sua formulação. Em realidade, o objetivo de Rostow era, apesar de sua negativa expressa, “generalizar certas observações de fatos acerca da seqüência do desenvolvimento das sociedades modernas” (pág. 26), ao que a teoria justaposta é um mero adereço. Esse quase abandono da teoria deu-se em favor de uma atenção maior à história. Nesse sentido, seu trabalho contrasta muito mais com a teoria neoclássica do comércio internacional do que com a EPC.

Sua obra de 1961 (doravante, “Etapas”) constitui uma descrição, mais impressionista e menos analítica, nos próprios termos do autor, das cinco fases presumidamente atravessadas pelas sociedades em suas trajetórias de modernização, de desenvolvimento: a sociedade tradicional; as condições para o arranco (*take-off*); o arranco; a marcha para a maturidade; e a era do consumo em massa.

Toda a referência das etapas de Rostow é o que ele chama de maturidade econômica, definida como “(...) o período em que a sociedade aplicou eficazmente todos os recursos da tecnologia moderna (da época) ao grosso de seus recursos” (Rostow, 1961, pág. 86). É uma definição eminentemente tecnológica, embora o autor se empenhe em acrescentar aspectos sociais, culturais, políticos. É uma definição, também, que advém do olhar de Rostow sobre os países já desenvolvidos.

É da generalização de uma descrição estilizada da trajetória desses países rumo à maturidade tecnológica que Rostow irá depreender as fases do desenvolvimento econômico e tecnológico que precedem a maturidade³. Na sua visão, o potencial de produção (*per capita*) da sociedade tradicional é

³ Rostow reconstrói as etapas pré-maturidade, de trás para frente, olhando desde o ponto de chegada, em demanda do qual se dá a sucessão de etapas. Trata-se de uma visão teleológica da história, definida por David (1994, pág. 206; devo a indicação desta referência a David Dequech) como aquela na qual “o presente estado de coisas pode ser melhor explicado se se considerar sua função – e particularmente sua função em algum estado futuro do mundo.” Este enfoque é típico dos economistas neoclássicos. Rostow irá abraçá-lo em diversos momentos, mas em várias oportunidades adotará uma visão mais aberta, genealógica, da história econômica, como se verá adiante. Moraes (2005, pág. 38) também assinala esta

limitado pela carência tecnológica. As duas etapas seguintes são definidas como aquelas em que são gestadas as condições para se romper com esses limites, rumo à maturidade. Primeiro, as sociedades atravessariam um período de transição, em que se estabelecem as pré-condições para o salto modernizante. O aspecto econômico definidor da transição é o aumento da taxa de investimento até um nível que, regular, substancial e perceptivelmente ultrapasse o crescimento demográfico. Isso, na visão do autor, exigiria uma mudança radical na atitude da sociedade perante a ciência fundamental e aplicada (Rostow, 1961, pág. 36). Por fim, Rostow vê a transição rumo ao arranco modernizante sob o aciccate do nacionalismo, em reação a ameaças externas – uma reação essencialmente política.

A etapa-chave do esquema proposto por Rostow é a do arranco (*take-off*) – “...intervalo decisivo da história de uma sociedade em que o desenvolvimento passa a ser sua condição normal” (Rostow, 1961, pág. 55). O autor vê o arranco provocado por algum estímulo externo bem definido, de ordem variada – tecnológica, política ou proveniente do ambiente internacional. Nesta etapa, novamente o investimento cumpre o principal papel: Rostow afirma que uma condição do arranco é a elevação da taxa de investimento líquida para algo como 10%, “... superando definitivamente a provável pressão demográfica” (pág. 57). Caracterizam essa etapa, também, o desenvolvimento de um ou mais setores industriais básicos, com um elevado índice de crescimento – o mais poderoso dos quais foi o setor ferroviário –, e a existência ou a rápida eclosão de um arcabouço político, social e institucional que aproveite os impulsos expansionistas do setor moderno e os efeitos potenciais das economias externas do arranco e imprima ao desenvolvimento um caráter sustentado (págs. 59-60).

Rostow também salienta a necessidade de haver disponibilidade de recursos financeiros para viabilizar o surto de investimento do arranco, mas ressalta que, nessa etapa, mais do que a oferta de fundos, é decisiva “a existência de um ou mais setores em rápido crescimento cujos empresários reinvestiam proporção muito elevada dos lucros em novos empreendimentos” (pág. 72). Vale dizer – a postura empresarial é marca do arranco industrializante. Aqui Rostow invoca a ética protestante, argumento weberiano então muito popular, para afirmar que as motivações empresariais são de ordem a mais diversa – tendo em comum, no entanto, o fato de poucas vezes serem motivações de ordem exclusivamente material (pág. 76). Ao cabo, Rostow define o arranco como “uma revolução industrial” (pág. 84), cuja caracterização não se restringe a aspectos econômicos.

A penúltima etapa do esquema de Rostow é a maturidade econômica e tecnológica. Como é de seu feitio, Rostow enfatiza os aspectos setoriais da etapa – na qual “novos setores líderes reúnem

questão decisiva, afirmando que Rostow “toma ‘aquilo que foi’ como ‘aquilo que pode ser’, aquilo que é objetivamente possível, e, logo em seguida, como ‘aquilo que deve ser’”.

impulsão para ultrapassar os do arranco” (pág. 86). O autor destaca também regularidades temporais – segundo ele, houve um intervalo de mais ou menos sessenta anos entre o início do arranco e a maturidade econômica, para os países que alcançaram essa etapa. Ele concede também que há dificuldades em sua definição, na medida em que em diversos países a maturidade não foi alcançada de maneira uniforme em toda sua área geográfica. Segundo Rostow, a maturidade não implica necessariamente uniformidade da renda *per capita* entre as diversas nações nem no interior de cada uma. De particular interesse para o contraste entre o esquema interpretativo de Rostow e a EPC é a seguinte afirmação de Rostow (1961, pág. 98):

“Há (...) sociedades tecnologicamente amadurecidas que são, por assim dizer, ao mesmo tempo ricas e pobres”.

Esta caracterização de economias industriais duais assemelha-se à definição da EPC de uma estrutura subdesenvolvida – para utilizar a nomenclatura de Furtado. Para este autor, em particular, e para a EPC a noção de desenvolvimento está ligada à homogeneização do progresso técnico e do nível de vida das massas, no interior das nações e entre elas. Em realidade, esta aproximação entre Rostow e a EPC deve ser creditada mais à falta de precisão conceitual daquele, que apenas descreveu características notórias de economias que se industrializaram tardiamente.

Rostow não considera, contudo, a etapa da maturidade como “o fim da história”. Ao contrário, parodiando o marxismo, seu antagonista explícito, ele afirma que “o caminho para a maturidade trouxe no seu bojo as sementes, não de seu aniquilamento (...), mas de sua própria transformação” (Rostow, 1961, pág. 101). Essas sementes seriam a modificação da força de trabalho, que se torna mais organizada e em condições de reivindicar melhores condições de trabalho e de vida. A sociedade toda se modifica, “um pouco enfasiada com o milagre da industrialização” e questionando suas conseqüências mais duras – dessa forma, colocando a questão de “como será utilizada essa máquina industrial amadurecida” (pág. 103).

Alcançada a maturidade, “a balança da atenção da sociedade (...) pendeu da oferta para a procura, dos problemas de produção para os de consumo e para os do bem-estar” (Rostow, 1961, pág. 104). Aí, portanto, na quinta etapa do sistema rostowiano – a era do consumo em massa –, abre-se o leque de alternativas para as sociedades – que, historicamente, teriam trilhado três trajetórias, não mutuamente excludentes: a busca de poderio e influência no exterior – a guerra; o Estado do Bem-estar; e a expansão dos níveis de consumo para além das necessidades fundamentais – com destaque para o automóvel. Rostow coloca o tema da trajetória das sociedades num diapasão mais cultural – perguntando-se como elas lidarão com o tédio, ou com a estagnação espiritual que decorreria do

esgotamento do acicate da escassez.

Aqui, sim, poder-se-ia acusar da leitura de Rostow que o autor teria abraçado algo semelhante à noção de fim da história. Trata-se antes, no entanto, da preocupação geopolítica com os rumos da guerra fria. De fato, Rostow oferece seu sistema como uma alternativa ao comunismo – vide o subtítulo do livro, “Um manifesto não-comunista”. Nessa medida, ele está prioritariamente atento às alternativas de desenvolvimento – e introduz em seu sistema determinantes não-econômicos do desenvolvimento também como um contraponto ao determinismo economicista que vê no marxismo (e, diga-se de passagem, também na economia neoclássica). Dentre as determinações não-econômicas, Rostow irá privilegiar o terreno geopolítico. Por exemplo:

“As etapas de desenvolvimento (...) lançam deveras certa luz (...) sobre os grandes embates de forças do século XX. Isso (...) é uma das conclusões capitais deste livro – que as forças e motivos econômicos não são uma determinante exclusiva (...) do curso da História. Nosso interesse aqui é, então, (...) esclarecer que, até o ponto em que as grandes contendidas pelo poder do século XX possuem base econômica, esta não se encontra no imperialismo ou em compulsões oriundas de uma pretensa fase monopolista do capitalismo, nem tampouco essa base está mesmo em uma concorrência oligopolista automática por colônias: ela jaz dentro dos limites da arena de forças euro-asiática, tal como é determinada pelas etapas de desenvolvimento relativo e pelo potencial militar. E jaz, muito em particular, nas tentações e temores de certas potências recém-amadurecidas com respeito às sociedades em transição que ficam em suas vizinhanças, na Europa Oriental e na China (Rostow, 1961, págs. 162-3)”.

Rostow teme que os países em transição convirjam para a órbita soviética, e vislumbra um equilíbrio de forças tenso – uma paz armada – que requereria a adesão da União Soviética ao controle de armamentos. Para isso,

“Temos de demonstrar que as nações subdesenvolvidas – atualmente o foco principal das esperanças comunistas – podem atravessar com êxito as condições e alcançar um arranco bem estabelecido dentro da órbita do mundo democrático, resistindo aos engodos e tentações do comunismo. Este, creio eu, é o tópico mais importante da ordem do dia para o mundo ocidental” (Rostow, 1961, pág. 178).

A proposição de Rostow, então, é bloquear o desenvolvimento militar das nações industrializadas – liberando, nessa medida, as forças econômicas para as alternativas democráticas do consumo de massa e do Estado do Bem-Estar também para a União Soviética. Um dos instrumentos desse ordenamento geopolítico seria exatamente o tema do seu trabalho – criar as pré-condições para que os países não-industrializados arrancassem rumo ao desenvolvimento:

“estamos procurando criar e organizar um mundo de potências médias que, presumivelmente, compartilharão todos os artifícios da tecnologia moderna” (Rostow, 1961, pág. 183).

Este era o projeto de Rostow. E, como projeto e construção ideológica, estava sujeito a contingências históricas. Nessa medida, a concepção de história do autor surge como não-teleológica –

ou genealógica, como foi dito acima:

“opõe-se totalmente ao espírito desta análise fazer uma simples associação mecânica (...) entre a paz e o consumo em massa. Esta é uma análise que apresenta, não imperativos férreos, mas escolhas franqueadas aos homens” (Rostow, 1961, pág. 181).

Tratava-se, portanto, de mover a roda da história no sentido desejado pelo projeto rostowiano. Embora o sistema das etapas de Rostow fosse uma construção linear, ele via condições historicamente distintas enfrentadas pelos países então subdesenvolvidos, nos anos cinquenta, relativamente às enfrentadas pelas nações à época já industrializadas. Uma das condições vantajosas para os *late-comers* seria, na visão de Rostow, a disponibilidade de auxílio internacional, no contexto da Guerra Fria. Ele atribui também importância decisiva às elites locais dos países subdesenvolvidos:

“O desfecho, para os que vivem nas sociedades contemporâneas em transição, não está claramente predeterminado, seja pelos figurinos da História seja pela natureza das tarefas técnicas do desenvolvimento ou pelo equilíbrio da Guerra Fria. A etapa histórica em que se encontram suas sociedades, o acervo de tecnologia importante, e não aplicada ainda, e o cenário mundial em que se encontram fixam os limites e as possibilidades de seus problemas. Mas, como outros povos em grandes momentos de decisão, seu destino se encontra substancialmente em suas próprias mãos” (Rostow, 1961, pág. 191).

Ao cabo, a análise de Rostow oscila entre um etapismo determinista, linear, ancorado em um móvel econômico – tecnologia e investimento – e a idéia, apresentada como contraponto ao marxismo, mas também à economia neoclássica convencional, de que o móvel econômico da trajetória das sociedades e da ação das pessoas não é necessariamente dominante (pág. 196). Em seus termos:

“a resultante do comportamento humano é vista não como uma atividade de maximização, mas como um balanceamento de objetivos humanos alternativos, e muitas vezes contraditórios, em face da variedade de opções que os homens percebem ter diante de si. Esta noção de balanceamento de alternativas que se percebe estarem abertas é, evidentemente, mais complexa e difícil do que uma simples idéia de maximização, e não conduz a uma série de etapas rígidas e inexoráveis da História. Leva a padrões de escolha dentro do arcabouço permitido pelo panorama mutável da sociedade, panorama esse que é, por sua vez, o produto tanto de condições reais objetivas quanto de opções prévias feitas pelos homens e que auxiliam a determinar o ambiente com que os homens se defrontam no momento” (pág. 198).

Em entrevista concedida nos anos noventa (Rostow, 1994), nosso autor irá reafirmar sua adesão a uma concepção ampla da história. E o faz em contraposição direta à economia neoclássica convencional – e, por extensão, aos cliometristas e aos historiadores econômicos que se vinculam à teoria neoclássica. Rostow afirma, logo no início da entrevista, que “o problema que o historiador enfrenta é lidar com todas as forças em jogo, e não com um mundo monocausal” (pág. 3). Mais à frente, apresenta os temas que marcam seu trabalho:

“Se você deseja caracterizar meu trabalho comparativamente ao dos economistas

convencionais, eis o que eu acho: ‘A economia convencional se esquivava destas seis variáveis: população; tecnologia e investimento; preços relativos, o que envolve os ciclos de Kondratieff; os ciclos econômicos, mas vistos como uma forma que o crescimento toma – não abstraído do sistema em seu conjunto; os estágios de crescimento, que repetem em certo sentido as revoluções tecnológicas, mas de uma perspectiva diferente – a perspectiva de um único país; e as variáveis não-econômicas que afetam a economia mundial. Dentre essas estão algumas evidentemente óbvias como os efeitos traumáticos de guerras (...). Mas a economia também é afetada, por exemplo, pelas escolhas dos governantes sobre a alocação dos recursos limitados das nações. (...) É muito importante ter clareza sobre o primado da política, em geral, e especialmente no desenvolvimento econômico moderno’ (Rostow, 1994, pág. 4).

Com base nessa convicção, Rostow faz uma autocrítica parcial às “Etapas”, afirmando que gostaria de ter conferido maior peso aos fatores culturais e políticos que respondem pelo maior ou menor prolongamento no tempo da etapa das pré-condições nas diversas nações (1994, pág. 11). Caso conferisse mais consequência a essa afirmação, Rostow abriria mais espaço em seu trabalho para uma visão mais rica da história, abrindo mão das simplificações de suas tão criticadas “Etapas”.

De toda forma, não é pelo brilhantismo teórico ou pelo apuro histórico que Rostow irá afirmar a validade das “Etapas”. Será, num registro pragmático, pela constatação de que seu trabalho teria sido funcional à formulação e operacionalização do programa de ajuda externa dos países industrializados, sob a liderança dos Estados Unidos e das instituições multilaterais, aos países em desenvolvimento. É preciso ter presente, portanto, ao avaliar a obra de Rostow, que esse autor tinha como preocupação central o destino geopolítico do mundo da Guerra Fria. É pensando nesses termos que Rostow avalia que, no frígido dos ovos, foi um sucesso a política de ajuda externa capitaneada pelos Estados Unidos, da qual ele foi um dos principais ideólogos, em seu trabalho acadêmico, e ao mesmo tempo um de seus principais artífices, como assessor do governo norte-americano. A medida desse sucesso seria a trajetória de industrialização que parte do mundo subdesenvolvido, nos anos sessenta, trilhou daí para a frente, embora em graus diferentes de sucesso – sucesso maior, não por coincidência, na região asiática, foco principal dos esforços norte-americanos, onde a ajuda internacional obteve sucesso em manter tais países fora da órbita soviética. Mais ainda – o sucesso pode ser dimensionado pelo fato de a própria União Soviética ter retornado ao mundo democrático, novamente como Rússia.

Para os propósitos mais caros a Rostow, então, seu trabalho foi bem-sucedido – ainda que sujeito a fragilidades teóricas e padecendo de simplismo metodológico. De fato, Rostow posiciona-se ostensivamente em favor da dimensão histórica (em que pese o fato de prevalecer, nas “Etapas”, uma visão teleológica da história) e prática da análise econômica – e contrário à modelização matematizada

da economia convencional neoclássica⁴. Invoca, para tanto, o famoso debate entre Malthus e Ricardo (Rostow, 1994, págs. 6-7). Rostow se enxerga na linhagem de Malthus – que

“(…) nunca foi propenso ao teorismo estrito. Pelo contrário, as marcas de sua intervenção no debate acadêmico e político foram o bom senso, o meio-termo, o apego às dimensões sócio-institucionais da política econômica e – a despeito do arraigado conservadorismo – o espírito de conciliação⁵. Daí (...) o ceticismo em relação à rígida disciplina dedutiva que viria a caracterizar Ricardo e a economia política desde então e a rejeição às ‘tentativas precipitadas de simplificar e generalizar’ dos economistas teóricos” (Coutinho, 1993, pág. 160).

Mais adiante, conclui Coutinho (idem, pág. 161):

“Enfim, o objetivo de Malthus foi antes o de influenciar com os saudáveis princípios da economia política e da moral utilitarista a sociedade de então, que o de construir um sistema alternativo de economia política.”

Os cúmplices da EPC: Albert Hirschman

Por fim, trataremos do trabalho de Albert Hirschman, o mais importante e representativo dos economistas do desenvolvimento que se alinharam nas vizinhanças da EPC. Hirschman, além de ser um dos críticos mais originais e incisivos da economia convencional, realizou um trabalho importante de balanço de conjunto da ED, incluindo sua própria obra e a da Cepal.

A tipologia das teorias do desenvolvimento proposta pelo próprio Hirschman (1981) é bastante útil para avaliar o seu trabalho e de seus colegas. Segundo Hirschman, as teorias do desenvolvimento do pós-guerra se caracterizavam pela combinação entre dois postulados. De um lado, a crítica ao que ele chama de monoeconomismo, que seria a afirmação da validade universal dos pressupostos da análise econômica tradicional, centrada nos países industriais. De outro, os economistas do desenvolvimento compartilhariam a crença no princípio da reciprocidade das vantagens – segundo o qual seria “possível articular as relações econômicas dos dois grupos de países [subdesenvolvidos e dos industriais] de modo a que elas sejam benéficas a uns e a outros” (idem, ibidem, pág. 52).

O olhar de Hirschman sobre o princípio da reciprocidade das vantagens é peculiar, e sintomático de sua inserção no debate. Em seu entender, esse princípio não abarcaria somente a versão trivial, associada aos economistas ortodoxos, que detectam a onipresença de vantagens recíprocas nas relações comerciais entre os países. Ao contrário: na visão de Hirschman, os economistas do desenvolvimento, ou ao menos um grupo deles, ao qual pertenceriam Hirschman e Myrdal, teriam em comum a convicção de que “a interação entre países ricos e países pobres pode apresentar, em certas circunstâncias, o caráter de um jogo antagônico de soma zero” (Hirschman, 1981, pág. 70).

⁴ Candidatando-se, assim, a compor, junto com Hirschman e Myrdal, o grupo responsável pelo afastamento da economia do desenvolvimento da cena acadêmica – segundo acusação de Krugman (1994).

⁵ Não custa ressaltar que o belicismo de Rostow está em forte contraste com o reputado espírito conciliatório de Malthus.

Mas no final dos anos cinquenta ainda prevalecia uma visão relativamente otimista, que valorizava o processo de industrialização alcançado pela América Latina, e que incluía, no rol das reciprocidades, não só as advindas do plano comercial – ao contrário: admitia que das relações comerciais poderiam advir prejuízos para os países não-industrializados, mas que esses prejuízos poderiam ser mais que compensados pela cooperação internacional, através de transferências financeiras e assistência técnica. Essa visão abrangente do princípio da reciprocidade de vantagens era essencial para a mobilização, nesse debate, dos economistas dos países industriais:

“[os economistas ocidentais] deviam ter razões para pensar ou pelo menos para ter esperanças de que seus próprios países seriam capazes de desempenhar um papel positivo no processo de desenvolvimento, eventualmente depois da introdução, nas relações econômicas internacionais, de algumas reformas exequíveis” (Hirschman, 1981, pág. 55).

De fato, Hirschman, em sua elaboração particular da ED, enxergava um papel destacado para a cooperação internacional. Desde logo, porque seu engajamento nessa disciplina foi resultado do seu alistamento na implementação do Plano Marshall. No entanto, Hirschman destacou-se principalmente por chamar os países subdesenvolvidos à sua própria responsabilidade no processo de desenvolvimento. Segundo ele,

“(…) o debate é ainda definido por duas questões fundamentais. Uma, onde está a responsabilidade pelo nosso atraso? Em nós mesmos ou no mundo lá fora que nos explora? Outra, como nós podemos progredir? Imitando outros (o Ocidente ou a Rússia) ou moldando nosso próprio caminho?” (Hirschman, 1961, pág. 279).

Ao enfatizar a necessidade de os países subdesenvolvidos lutarem por seu próprio desenvolvimento, Hirschman afirma que se tratava, em primeiro lugar, de se exorcizar, nesses países, o que ele apelidou de uma síndrome da “fracassomania” (Hirschman, 1982, pág. 91). Isso significava valorizar os meios, ainda que precários, aos quais os países subdesenvolvidos haviam recorrido para percorrer a trajetória de industrialização recente. Em seus termos, Hirschman empreendia uma pesquisa das “racionalidades ocultas” sob o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos:

“(…) as racionalidades ocultas que eu buscava eram, precisa e principalmente, processos de crescimento e mudança já em curso nas sociedades que eu estudava (...). Não estava buscando razões para justificar o que existia, mas razões para pensar que a antiga ordem já estava em processo de mudança. Desse modo, tentei distinguir as forças do progresso, tanto econômicas quanto políticas, que mereciam ser reconhecidas e ajudadas” (Hirschman, 1982, pág. 91).

Tratava-se, portanto, não do apanágio da ordem, mas de favorecer a reconciliação dos latino-americanos com sua realidade (Hirschman, 1961, pág. 310). É nesse sentido que o autor prega uma estratégia de “crescimento desequilibrado”, em oposição às diversas teorizações que preconizavam a necessidade de um grande salto, concentrado e planejado num período curto de tempo, que permitiria

aos países transpor a fronteira que separava o subdesenvolvimento do desenvolvimento:

“Se se desejar ir [em linha reta] de uma posição de equilíbrio à posição seguinte, então – por causa das descontinuidades e das indivisibilidades *que tomo por estabelecidas* – o ‘grande impulso’ ou o ‘esforço crítico mínimo’ é indispensável. Mas, se supomos que posições de desequilíbrio estimuladoras do desenvolvimento são conserváveis, pelo menos durante períodos limitados, podemos chegar a decompor o grande impulso numa série de etapas menores. Em outras palavras, sou partidário de que se utilize a energia que mantém a coesão dos núcleos econômicos de porte mínimo para *construir* esses núcleos” (Hirschman, 1982, págs. 108-109; ênfases no original).⁶

O argumento de Hirschman tem por base sua convicção quanto à presença de distorções e desequilíbrios setoriais recorrentes no tecido produtivo, ao longo do processo de desenvolvimento.⁷ Sua recomendação é aproveitar os movimentos corretivos provocados por esses desequilíbrios⁸ para acelerar o desenvolvimento. A idéia de crescimento desequilibrado se complementa, na formulação de Hirschman, com a de “efeitos de encadeamento”. Dessas duas conceituações Hirschman depreende sua prescrição de “encorajar as indústrias que apresentam poderosos efeitos em cadeia a jusante e a montante” (1982, pág. 94).

Trata-se de apoiar e ajudar a construir trajetórias seqüenciais de desenvolvimento industrial, de forma *ad hoc*. Em forma coloquial, Hirschman afirma que “os efeitos em cadeia (...) ajudam-nos a compreender como ‘uma coisa traz consigo uma outra’ no desenvolvimento econômico” (1982, pág. 98)⁹. Dessa forma, ele chama a atenção para o caráter único dos eventos econômicos, o que o leva a tratar o desenvolvimento como um processo idiossincrático, cuja condução estratégica não deve se pautar pela importação de doutrinas e receitas econômicas, e sim por um caráter incremental, baseado na solução de problemas específicos (Bianchi, 2004).

Esse enfoque de Hirschman é cúmplice da EPC também num plano mais geral, na medida em que ele, tal como Prebisch e Furtado, contesta o caráter universalizante das teorias abstratas e reivindica uma conexão estreita entre a teoria e o ambiente histórico, bem como entre a ciência econômica e outras ciências humanas, para que as recomendações de políticas sejam aderentes às realidades sobre as quais pretendem agir:

“Hirschman não abdicou da pretensão de construir uma teoria universal, mas argumentou, por

⁶ Citando carta de Hirschman a André Gunder Frank, de 1959.

⁷ Nesse aspecto, sua formulação se aproxima à visão estruturalista cepalina sobre a inflação (Hirschman, 1982, pág. 104).

⁸ Em suas palavras: as “mudanças relativas de preços e políticas públicas reagindo a protestos contra as manifestações de escassez” (Hirschman, 1982, pág. 108).

⁹ Vêm de imediato à lembrança, ao nos depararmos com esse arrazoado de Hirschman, as formulações dos economistas evolucionários neoschumpeterianos a respeito de trajetórias de desenvolvimento tecnológico e sua utilização da noção de *path dependence*. A influência de Schumpeter sobre Hirschman, no que toca à noção de crescimento desequilibrado, também é anotada por Possas (1999, pág. 8).

outro lado, que uma teoria nas ciências sociais não pode adquirir um escopo universal sem pagar o devido respeito à diversidade histórica, geográfica e institucional de seu objeto” (Bianchi, 2004, pág. 14)¹⁰.

As noções de “efeitos em cadeia” e de desenvolvimento desequilibrado têm em comum a percepção de que os processos de desenvolvimento ocorrem por meio de cadeias de repercussão de eventos (Hirschman, 1976, pág. 28). Essa visão enfatiza trajetórias nacionais isoladas, cuidando menos das relações entre os processos de desenvolvimento de países ou grupos de países. Mas Hirschman tem como objeto os países da periferia pós-colonial, no século XX, cujos processos de desenvolvimento esbarram nas descontinuidades tecnológicas entre seu parque produtivo e o dos países que se industrializaram antes. Vale dizer, a indústria, na periferia, para se estabelecer, enfrenta a força produtiva concorrente dos países centrais. Decorre daí que o entendimento do desenvolvimento periférico, seja tomando a periferia em geral, seja tomando trajetórias nacionais isoladas como foco, tenha que ser necessariamente atento também ao plano das relações centro-periferia. A visão de Hirschman, portanto, deve ser vista como complementar à perspectiva da EPC – é o que veremos nas considerações a seguir.

Considerações finais: ED x EPC

Retomando a classificação proposta por Hirschman para as teorias do desenvolvimento, restarão evidenciadas algumas zonas de penumbra que reclamam um olhar mais atento. Antes, porém, cabe repassar um enquadramento óbvio e carente de ambigüidades – a concepção ortodoxa. O elemento mais importante de avaliação de sua concepção é a adesão incondicional a um *parti pris* teórico, que supõe, como já se disse, a validade universal dos princípios da economia convencional – nos termos de Hirschman, o monoeconomismo –, com base no qual se afirma a onipresença da reciprocidade das vantagens no comércio internacional entre as nações.

O apego à teoria é tal que se chega ao ponto de negar a existência do objeto definidor da economia do desenvolvimento e da EPC. Vale dizer, seus autores negam que haja uma diferenciação estrutural entre as economias industriais desenvolvidas e as periféricas – e ao dizê-lo afirmam que os mecanismos de livre-mercado e livre-comércio seriam suficientes para que o desenvolvimento da periferia alcançasse condições auto-sustentadas e virtuosas semelhantes às dos países centrais.

Um aspecto, contudo, que vale ser ressaltado, e que não está presente na classificação de Hirschman, é a constatação de que a visão ortodoxa é também uma visão de sistema econômico

¹⁰ A ponto de Krugman (1994) responsabilizá-lo, juntamente com Myrdal, pela perda de influência da economia do desenvolvimento, em virtude da recusa radical de Hirschman em apresentar suas formulações na forma de modelos econômicos.

mundial. Só que, ao contrário do que apregoam os que Hirschman classifica como neomarxistas, esse sistema não funcionaria como uma máquina de exploração pelos países centrais do excedente gerado pela periferia – mas como uma máquina virtuosa, em que o livre-comércio é mecanismo de homogeneização internacional. Nesse sistema, o conflito de interesses entre centro e periferia residiria no plano das aparências – porque em realidade (ou melhor, em teoria) as melhores condições de produção dos países centrais dariam à periferia o desfrute de produtos industriais mais baratos. As especializações internacionais derivariam da melhor adaptação das economias nacionais às suas dotações de fatores – em proveito do mundo todo.

Já o trabalho de Rostow se situa em terreno menos bem demarcado. Hirschman, no entanto, o enquadra como quase definidor da visão monoeconômica – em contraste com o enfoque proposto por Gerschenkron (e por ele próprio, Hirschman), que seria exemplar da “verdadeira” economia do desenvolvimento, aquela que simultaneamente nega o monoeconomismo e afirma a reciprocidade das vantagens. Colocar em tela de juízo o enquadramento proposto por Hirschman para Rostow pode iluminar os enfoques de ambos.

De início, deve-se mencionar que Rostow não compartilha com a EPC a visão de que o diferencial de produtividade entre centro e periferia tende a antagonizar os dois pólos do sistema mundial, na medida em que o maior poderio econômico-produtivo do centro é o principal obstáculo ao desenvolvimento da periferia. No entender de Rostow, ao contrário – e aí ele se reaproxima da economia convencional: o acúmulo produtivo do centro jogaria a favor de um progresso até mais rápido da periferia, que poderia pegar atalhos se apropriando do acervo tecnológico já existente. No entanto, se com esse entendimento Rostow se distancia da EPC, ele também se aproxima da economia do desenvolvimento, tal como definida por Hirschman. De fato, se o avanço tecnológico do centro puder ser utilizado para acelerar o desenvolvimento da periferia, abre-se uma via importante de harmonização de interesses e reciprocidade de vantagens entre os dois pólos do sistema.

Se, por um lado, Rostow afirma a reciprocidade de vantagens entre centro e periferia, por outro ele também cumpre o outro requisito exigido por Hirschman para figurar no quadrante da ED. Em realidade, é possível afirmar que Rostow nega o monoeconomismo na prática – à medida que em todo seu trabalho ele distingue com muita clareza as economias desenvolvidas e as em desenvolvimento, e prescreve, para essas últimas, uma receita não-ortodoxa para sua industrialização: financiar o investimento com a cooperação internacional, e ter o Estado planejador na coordenação do processo. Nesse sentido, a formulação de Rostow assemelha-se à da EPC, em que pese o “etapismo” rostowiano. Sem dúvida, aproxima-se muito mais da EPC e da “verdadeira” economia do desenvolvimento (ou

melhor, da vertente de Hirschman e Gerschenkron) que do monoeconomismo neoclássico.

A maior relevância conferida à história também joga a favor da aproximação entre Rostow, a ED e a EPC – ainda que sua concepção de história seja teleológica, em vários aspectos importantes, e ainda que sua aversão à teoria seja exagerada. Em um trecho de seu trabalho, como vimos, Rostow resvala nas formulações cepalinas, ao admitir que existem sociedades desiguais, como as economias subdesenvolvidas da EPC, e não somente sociedades em etapas de transição. Talvez seja apenas mais uma imprecisão conceitual de Rostow, mas é um lapso que revela sua permeabilidade à história.

Além disso, Rostow distancia-se da economia ortodoxa e de seu monoeconomismo em outro aspecto, ressaltado anteriormente, que é sua visão ampla do processo de desenvolvimento: apesar de ser inequivocamente uma visão econômica, Rostow esforça-se, no que é parcialmente bem-sucedido, por evitar um enfoque monocausal, tentando, em suas palavras, “lidar com todas as forças em jogo” (Rostow, 1994, pág. 3), com destaque para os vetores culturais e políticos do desenvolvimento. Em autocrítica, Rostow afirma que, conferindo maior peso a esses vetores, a etapa das pré-condições para o arranco assumiria formatos e temporalidades muito diferentes nas diversas situações – ou, noutros termos, o formato rígido das cinco etapas seria flexibilizado. Essa autocrítica merece crédito porque, como vimos, Rostow foi um autor cujo móvel principal era a aplicação prática de suas idéias – dispondo-se, para isso, a sacrificar seus pendores economicistas.

A EPC também sempre foi movida pela intenção de que suas idéias pudessem ser postas em prática. E é daí que deriva a oposição básica entre o enfoque de Rostow e o da EPC. O objetivo último da EPC, nos termos de Prebisch, era a “elevação do nível de vida das massas da periferia latino-americana” – para o qual a industrialização acelerada seria o principal instrumento. A cooperação internacional, por sua vez, estaria a serviço da industrialização latino-americana.

O trabalho de Rostow se colocava na outra ponta – a dos Estados Unidos, para quem a cooperação internacional era um instrumento de política externa. É preciso reconhecer, de saída, que tanto Prebisch como Rostow viam na cooperação internacional a principal arma de solidarização dos interesses – potencial ou efetivamente conflitivos – de centro e periferia. Mas Rostow, evidentemente, tinha como objetivo principal influenciar a política externa norte-americana. E, naquele momento histórico, *the only game in town* era a Guerra Fria. A obra de Rostow, assim, bem como seu trabalho direto na assessoria ao governo norte-americano, esteve voltada a oferecer aos países da periferia razões objetivas para se manter na órbita ocidental. Em sua avaliação, tais razões seriam a capacidade de se industrializar e desenvolver – em função do que se articulava a cooperação internacional e a

assistência técnica. E, dentre as diversas regiões periféricas, a Ásia era o teatro principal da Guerra Fria – e, portanto, foco da atenção de Rostow. Eis aí outro aspecto crucial a distinguir o trabalho de Rostow da EPC. A América Latina somente vira foco da ação norte-americana sob a Aliança para o Progresso, ainda assim de forma fugaz e com pouco empenho – sob o estímulo do temor ao espriamento da revolução cubana. O tão decantado Plano Marshall para a América Latina nunca veio à luz.

É inegável, ademais, que o “etapismo” de Rostow está em confronto direto com um dos pilares da EPC – a saber, a concepção, elaborada por Furtado, do subdesenvolvimento como um fenômeno estrutural específico, historicamente inédito e que deve ser compreendido no bojo do desenvolvimento do capitalismo global. Mas não há uma oposição tão nítida entre o “etapismo” rostowiano e outras abordagens da economia do desenvolvimento. Ao contrário – a noção de *take-off* se inspira na de *big push*, concebida por Rosenstein-Rodan, um dos precursores da economia do desenvolvimento, e, como afirma Hirschman (1981, págs. 61 e 62), participa de uma intensa competição entre metáforas, que inclui também o *spurt*, de Gerschenkron, o “limiar crítico”, de Leibenstein (e, acrescenta Hirschman, a noção de “efeitos de encadeamento”, de sua própria lavra).

Todas essas metáforas visam iluminar a análise de trajetórias nacionais de desenvolvimento relativamente independentes – escapando de uma visão de máquina econômica global, ou de sistema centro-periferia. Nesse sentido, mais uma vez, Rostow é um adepto típico da economia do desenvolvimento, de certa forma eximindo os países centrais de responsabilidade pelo atraso periférico.

Deve-se dar razão a Hirschman, de toda forma, no entendimento de que o “etapismo” de Rostow propicia uma visão estreita do processo de desenvolvimento – e que a visão de Gerschenkron (vizinha à do próprio Hirschman) é mais historicamente orientada, ao avaliar, tal como a EPC, que há diferenças fundamentais entre as trajetórias originais e os processos retardatários de industrialização. Mas, ainda assim, parece mais pertinente considerar que, ao diferenciar a visão de Rostow da de Gerschenkron, estamos diferenciando duas vertentes da economia do desenvolvimento – por mais que Hirschman se sinta, justificadamente, incomodado com a companhia.

Também enredado – mas menos que Rostow – em um enquadramento dificultoso em seu próprio esquema classificatório é o trabalho de Hirschman. É certo que ele nega o monoeconomismo, destacando em seu trabalho aspectos estruturais diferenciados entre as economias centrais e as periféricas. Segundo Hirschman, seu trabalho também se enquadraria em sua definição de ED por afirmar o princípio da reciprocidade das vantagens das relações econômicas entre centro e periferia.

No entanto, como vimos, ele afirma que, em certas circunstâncias, centro e periferia jogam um

jogo de soma zero. Mas Hirschman consegue ver virtude no antagonismo: segundo sua versão da economia do desenvolvimento, a alternância entre momentos de proximidade e de afastamento entre centro e periferia tenderia a engendrar, de forma quase natural, estímulos vitais à industrialização periférica. E dessa alternância adviria o papel da cooperação internacional – que para ele, ao contrário, por exemplo, do que Hirschman enxerga em Myrdal, ou ao contrário mesmo do que se vê em Prebisch, não seria um *deus ex machina*, mas “uma conseqüência natural do processo de polarização [entre centro e periferia] e uma reação a este” (Hirschman, 1981, pág. 70).

Vale destacar este esquema interpretativo de Hirschman para propor, a partir dele, um enquadramento histórico que enriquece muito a visão centro-periferia da EPC. Se substituirmos, na frase acima citada, o qualificativo “natural” por “histórica”, obtemos uma chave analítica que propõe situar em perspectiva histórica o funcionamento do sistema centro-periferia. Explicando melhor: as relações centro-periferia se alteram ao longo do tempo, segundo diversos vetores. Não se deve, portanto, supor que haverá sempre, *a priori*, oposição ou harmonia de interesses – é preciso discernir, em cada situação histórica, os móveis dos diversos interesses nacionais, em função, por exemplo, da distância entre a estrutura tecnológica prevalecente nas diversas nações periféricas e a fronteira tecnológica de cada momento histórico. É muito diferente, para dar um exemplo, analisar a trajetória de desenvolvimento chinesa e suas relações com os Estados Unidos nos anos cinquenta e neste início de século: enquanto, há meio século, o governo norte-americano se impunha a tarefa de conter a influência chinesa, estimulando o desenvolvimento dos países que vieram a se constituir nos tigres asiáticos, hoje o mercado de consumo dos Estados Unidos é vital para a China, e esta, por sua vez, cumpre a missão, em nome do equilíbrio do sistema financeiro mundial, de acumular ativos bilionários em dólar.

Voltando ao enquadramento de Hirschman em seu próprio esquema classificatório. Para deixar mais claro seu território, ele afirma sua diferença frente às teses mais “esquerdistas” da teoria da dependência – as quais ele enquadra no quadrante denominado neomarxista, corrente que negaria o monoeconomismo, como a ED, mas negaria também a reciprocidade de vantagens na relação entre centro e periferia. Segundo Hirschman, essa negativa neomarxista das vantagens recíprocas seria radicalizada, transmutada em catastrofismo: além de afirmar o antagonismo perene entre centro e periferia, os neomarxistas veriam intencionalidade na exploração, pelo centro, dos frutos do progresso técnico (ou do excedente) gerado na periferia.

É verdade que algumas versões radicalizadas da dependência aderiram ao catastrofismo e a teorias conspiratórias da história. Mas Hirschman inclui no mesmo barco dos neomarxistas a atitude crítica, militante e ressentida que, segundo ele, a EPC teria adotado contra o centro industrializado

(Hirschman, 1961, págs. 288 e 289). Critica também a EPC por uma fé excessiva no planejamento – de inspiração soviética – (pág. 290) e pela desvalorização da industrialização que, àquela altura, a América Latina já havia alcançado (pág. 298). Mas, fiel ao seu compromisso com a perspectiva histórica, nosso autor concede que a militância cepalina se apóia na busca da construção nacional, a qual, além de seu conteúdo econômico e produtivo, também contempla aspectos culturais, responsáveis pelo sabor nacionalista da EPC:

“(…) a luta pelo desenvolvimento é também uma luta pelo auto-descobrimto e pela auto-afirmação, e assim ocorre indissolúvelmente ligada a um novo nacionalismo (...). Pode-se quase dizer que quanto mais esses países começam a se assemelhar economicamente às comunidades industriais mais velhas e já estabelecidas, mais eles se diferenciam delas ideologicamente” (Hirschman 1961, pág. 304).

Hirschman parece exagerar o anti-imperialismo cepalino. Desde logo por seu pertencimento ao sistema das Nações Unidas, a Cepal sempre viu na cooperação internacional um vetor fundamental do desenvolvimento da periferia – e se pautou, naquele período formativo, por uma postura otimista e militante em prol da industrialização latino-americana, valorizando sim a trajetória percorrida até então.

No entanto, a EPC, em sua versão original produzida por Prebisch, e depois elaborada por Furtado, via sim relações de exploração entre centro e periferia. E não é necessário reputar as teses cepalinas de ingenuidade anti-imperialista: desde Prebisch, a EPC entendia que a defesa pelo centro de seus interesses econômicos, notadamente de seus interesses no comércio internacional, o levava a adotar políticas em defesa de sua indústria e a combater políticas industriais adotadas pela periferia. Há sim intencionalidade – e é “natural” que seja assim. Em que pese a confiança depositada pelos cepalinos na cooperação internacional, até por seu lugar institucional, eles entendem que os países periféricos precisam adotar políticas comerciais em defesa de sua indústria (“nascente”) – porque dependem, em última instância, de sua própria capacidade de poupança e investimento para se desenvolver. E também é “natural” que seja assim – porque há uma disputa econômica concreta.

Nesse sentido, a visão de Hirschman se distancia da EPC. Para Hirschman, a análise está focalizada nas trajetórias nacionais de desenvolvimento. Nessa medida, ele reclama a responsabilidade de cada país por seu destino. A EPC também o faz, mas de forma mais beligerante, porque insiste na interdependência assimétrica entre centro e periferia – e afirma, portanto, a necessidade de desenvolvimento mais autônomo da periferia, necessariamente com políticas que confrontariam os interesses da indústria do centro. Ao passo que Hirschman, se não entre seus pares, mas certamente em relação à EPC, tende a amortecer o confronto entre os interesses do centro e os da periferia.

No entanto, como se afirmou há pouco, há sempre que se levar em conta o enquadramento

histórico, cambiante, das relações centro-periferia. Ao final dos anos cinquenta e início dos sessenta, sob o temor do espraiamento da revolução cubana, o governo norte-americano ensaiou um estreitamento de relações econômicas com a América Latina. Essa aproximação – que ao final, diga-se, mostrou-se fugaz – se deu aos moldes da política de cooperação internacional preconizada, junto ao *establishment* norte-americano, por figuras como Hirschman e seus parceiros, culminando na Aliança Para o Progresso. Eis como narra Schlesinger, Jr. (1965, págs. 792-3), testemunha e ator relevante:

“(...) o próprio Presidente [Kennedy] estava ganhando na América Latina uma fé e afeição desfrutada por nenhum outro líder norte-americano exceto Franklin Roosevelt na longa história das Américas. Suas políticas domésticas estavam validando seus esforços no hemisfério. O Professor Albert O. Hirschman, de Harvard, o especialista em desenvolvimento econômico da América Latina, reportou, por exemplo, que seu confronto com a United States Steel causou uma forte impressão ao sul da fronteira; ‘se Kennedy enfrentou uma luta real com um segmento muito importante da comunidade de negócios norte-americana, talvez ele estivesse falando a sério quando propôs reformas sociais para a América Latina?’”.¹¹

Os enfoques da EPC – sistema centro-periferia – e da ED – trajetórias nacionais isoladas – não devem ser vistos como mutuamente excludentes. Ao contrário: se há uma operação ideológica embutida na preferência dos economistas do desenvolvimento por olhar as situações nacionais de desenvolvimento cada uma em seus próprios termos, isso não deve impedir que se reconheça que o enfoque centro-periferia precisa ser complementado por análises concretas de processos nacionais de desenvolvimento. Essa seria, no entanto, uma tarefa dos sucessores da EPC originária.

O essencial a reter, aqui, é que a contribuição mais importante da EPC à teorização sobre o desenvolvimento – o enfoque centro-periferia –, vista em perspectiva histórica, contribui para avaliar as alterações ocorridas ao longo do tempo na própria EPC e em sua influência sobre a trajetória concreta do desenvolvimento latino-americano. Uma coisa é a EPC originária – outra são os seus desdobramentos, no início dos sessenta, quando o avanço dos processos de industrialização no Brasil, na Argentina e no México já haviam sido o veículo de internalização das empresas transnacionais ao espaço produtivo doméstico da América Latina – deslocando o foco das relações econômicas entre centro e periferia da balança de comércio para a balança de capitais.

Referências bibliográficas

Bianchi, Ana Maria (2004). “Albert Hirschman in Latin America: Notes on Hirschman’s Trilogy on Economic Development”. São Paulo, mimeo. Trabalho apresentado à 9ª Conferência Européia de História do Pensamento Econômico.

¹¹ O livro de Schlesinger, Jr. narra e analisa em riqueza de detalhes as vicissitudes da política norte-americana, sob Kennedy, relativamente à América Latina. Essa virada da política externa norte-americana, ainda que transitória, quase cooptou também a própria Cepal (Cardoso, 1977, pág. 60).

- Cardoso, Fernando Henrique (1977). “Originalidade da cópia: a Cepal e a idéia de desenvolvimento”. In Cardoso, F.H., 1993, págs. 27-80.
- Coutinho, Maurício Chalfin (1993). *Lições de economia política clássica*. São Paulo: Hucitec/Unicamp.
- David, Paul A. (1994) “Why are institutions the ‘carriers of history’?: path dependence and the evolution of conventions, organizations and institutions”. *Structural Change and Economic Dynamics*, vol. 5, nº 2, págs. 205-220.
- Fiori, José Luís (1997). “Globalização, hegemonia e império”. In: Tavares, Maria da Conceição e José Luís Fiori (orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, págs. 87-147.
- Furtado, Celso (1985). *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hirschman, Albert (1961). “Ideologies of economic development in Latin America”. In: Hirschman, A. *A bias for hope*. New Haven: Yale University Press, 1971, págs. 270-311.
- Hirschman, Albert (1976). “Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada”. *Estudos Cebrap*, nº 18, São Paulo, págs. 5-44.
- Hirschman, Albert (1981). “Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento”. In: Hirschman, A. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, págs. 49-80.
- Hirschman, Albert (1982). “Confissão de um dissidente: revisitando a *Estratégia do desenvolvimento econômico*”. In: Hirschman, A. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, págs. 81-117.
- Krugman, Paul (1994). ”The fall and rise of development economics”. Disponível em <<http://web.mit.edu/krugman/www/dishpan.html>>.
- Meier, Gerald M. (1984). “The formative period”. In Meier, Gerald M. & Dudley Seers (eds.) *Pioneers in Development*. Oxford: Oxford University Press/World Bank, 1984, págs. 3-22.
- Moraes, Reginaldo C. Corrêa de (2005). “Nota sobre a economia do desenvolvimento nos ‘vinte e cinco gloriosos’ do pós-guerra”. São Paulo: mimeo.
- Possas, Mário (1999). “Antecedentes e perspectivas teóricas da economia do desenvolvimento numa perspectiva evolucionária”. *Nexus Econômicos*, 1 (1), CME/UFBa, junho de 1999. Versão mimeografada.
- Rostow, Walt W. (1961) *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Rostow, Walt W. (1994). Entrevista a John V. C. Nye. The Newsletter of The Cliometrics Society. Volume 9, n. 2. <http://www.eh.net/Rostow.htm>.
- Schlesinger, Jr., Arthur M. (1965). *A thousand days: John F. Kennedy in the White House*. Boston/Cambridge: Houghton Mifflin/The Riverside Press.
- Teixeira, Aloísio (1999). “Estados Unidos: a ‘curta marcha’ para a hegemonia”. In Fiori, José Luís (org.) *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, págs. 155-190.